



CAMPO Y CAMPESINOS EN LA ESPAÑA MODERNA

CULTURAS POLÍTICAS EN EL MUNDO HISPANO

MARÍA JOSÉ PÉREZ ÁLVAREZ
ALFREDO MARTÍN GARCÍA

(EDS.)

[ENTRAR]

CRÉDITOS

CAMPO y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispánico (Multimedia)/María José Pérez Álvarez, Laureano M. Rubio Pérez (eds.); Francisco Fernández Izquierdo (col.). – León: Fundación Española de Historia Moderna, 2012

1 volumen (438 págs.), 1 disco (CD-Rom): il.; 24 x17 cm.

Editores lit. del T. II: María José Pérez Álvarez, Alfredo Martín García

Índice

Contiene: T. I: Libro – T. II: CD-Rom

ISBN 978-84-938044-1-1 (obra completa)

ISBN T. I: 978-84-938044-2-8 (del libro)

ISBN: 978-84-938044-3-5 (CD-Rom)

DEP. LEG.: LE-725-2012

1. Campesinado-España-Historia-Edad Moderna 2. Culturas políticas-España-Historia I. Pérez Álvarez, María José, ed. lit. II. Rubio Pérez, Laureano M., ed. lit. III. Martín García, Alfredo, ed. lit. IV. Fernández Izquierdo, Francisco, col. V. Fundación Española de Historia Moderna. VI.

323.325(460)''04/17''

316.74:32(460)

Edición:

Fundación Española de Historia Moderna
C/Albasanz, 26-28 Desp. 2E 26, 28037 Madrid (España)

© Cada autor de la suya

© Fundación Española de Historia Moderna

© Foto portada: *Mataotero del Sil*

Editores de este volumen:

María José Pérez Álvarez

Alfredo Martín García

Coordinación de la obra:

María José Pérez Álvarez

Laureano M. Rubio Pérez

Alfredo Martín García

Colaborador:

Francisco Fernández Izquierdo

Imprime:

Imprenta KADMOS

Compañía, 5

37002 Salamanca

[VOLVER]

Luxo e pompa: o espetáculo das cerimônias de entrada dos embaixadores estrangeiros na corte lisboeta do século XVIII

Ana Luiza de Castro Pereira

Maria Paula Dias Couto Paes

Doutoras em História Moderna, Investigadoras Integradas do Centro de História de Além-Mar (CHAM)

Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores

aluizacastro@gmail.com

Resumen

Cuando en 1640 la Casa de Bragança se independizó de la monarquía hispánica, se modificó esencialmente su posición en el panorama de las relaciones internacionales. Para los jefes de misiones diplomáticas, como representantes de la casa real, era importante a la tarea de legitimar el reconocimiento político de la corona portuguesa. Este artículo se pretende analizar la otra cara de la representación diplomática: las entradas y despedidas ceremoniales de los embajadores de las cortes europeas. Los símbolos de la grandeza y el prestigio de la anfitriona casa real, las ceremonias de entrada y salida de los embajadores extranjeros en la corte de Lisboa no se limitaba únicamente a la recepción en el puerto, las casas de hospedaje y la recepción de los miembros de la nobleza portuguesa, las audiencias públicas y privadas que se tuvo con los embajadores del rey y la reina, estuvieron rodeados de gran pompa y el lujo. A la hora de la cena, era momento para la corona portuguesa de hacer alarde de su riqueza. Los objetos en telas de oro y plata de todo el mundo, tapices y cerámicas fueron exhibidos en un ritual destinado a reafirmar el poder de la monarquía portuguesa. Hoteles de lujo y pompa, la política y la cultura interactúan directamente en la ceremonia preparada para recibir a los embajadores extranjeros en la corte de Lisboa.

Palabras Clave

Historia de la Diplomacia; Ceremonias Diplomáticas; Restauración Portuguesa; Jerarquía Social y Política.

Luxury and pomp: the spectacle of ceremonial entry of foreign ambassadors at the court of the eighteenth century Lisbon

Abstract

When in 1640 the House of Bragança gained independence from the Hispanic monarchy has become essential that its position in the landscape of international relations, was re-considered. To heads of diplomatic missions, as representatives of the royal house, was given the task of legitimizing the political recognition of the Portuguese crown. This article aims to analyze, another face of the diplomatic representation: ready for the ceremonial entries and farewell ambassadors of the European courts. Symbols of grandeur and prestige of the royal house hostess, the ceremonies of entry and departure of foreign ambassadors at the court of Lisbon were not restricted only to the reception at the port, your lodging houses and palaces of members of the Portuguese nobility, followed by public hearings and private that the ambassadors had with the King and Queen, all this was surrounded by much pomp and luxury. And the time of the banquet? It was a chance that the Portuguese crown used to flaunt their wealth. Objects in gold and silver fabrics from all over the world, tapestries and ceramics were displayed in a ritual intended to reassert the power of the Portuguese monarchy. Luxury and pomp, politics and culture interacted directly in ceremonial prepared to receive foreign ambassadors at the court of Lisbon.

Keywords

History of Diplomacy; Diplomatic ceremonial; Independence of Portugal; Social and Political Hierarchy.

Introdução

A Diplomacia deu os primeiros passos na Itália do século XV com o surgimento da figura do *ambasciatore* como representante directo do rei e das primeiras embaixadas de carácter permanente.¹ A especificidade da actividade diplomática levou à necessidade de publicação de tratados que regulamentassem, sobretudo, suas funções como as obras de Jean Hotman de Villieres, *De la charge et dignité de l'ambassadeur...* (1603-04), e Abraham de Wiquefort, *L'Ambassadeur et ses Fonctions...* (1682). No século XVIII, o tratado de François Callières, *De la maniere de negotier avec les Souverains...* (1716), passou a ser o manual mais consultado pelos representantes diplomáticos.

Para a História da Diplomacia de Portugal, o ano de 1640 simboliza o marco da sua entrada no cenário internacional. Se, por um lado, a Restauração Portuguesa foi vista como uma oportunidade para recuperar a sua autonomia, principalmente, no que se referia à política externa. Por outro, a independência² de Portugal foi vista como um ato de rebeldia,³ de insurreição contra a monarquia espanhola, sendo esta a interpretação que predominou, nas demais cortes europeias, na primeira década pós-Restauração. Era necessário que a Dinastia de Bragança legitimasse a independência de Portugal no cenário internacional e buscasse o apoio, sobretudo das cortes francesa e inglesa. Era fulcral que D. João IV se erguesse como rei legítimo e, para tanto, o papel desempenhado pelos seus enviados às cortes estrangeiras foi fundamental. Apesar do aceite da independência portuguesa por algumas coroas europeias, a presença dos diplomatas portugueses no palco das relações internacionais somente sofreu alteração a partir da assinatura do Tratado de Paz com a Espanha, no ano de 1668. Até esta data, “(...) os enviados de D. João IV foram frequentemente tratados como ‘rebeldes’, sentindo grandes dificuldades no que tocava ao reconhecimento do seu estatuto diplomático, pois muito encaravam esses enviados como representantes de um senhor tido como ilegítimo”.⁴

Diante do panorama político em que se encontrava Portugal, a escolha dos seus embaixadores para as 6 primeiras missões (Inglaterra, França, Províncias Unidas, Suécia/Dinamarca, Roma e Barcelona) ocorreu com relativa rapidez. As escolhas seguiram os critérios de confiança política e preparação técnica para as missões a desempenhar. Para este texto interessa-nos, entretanto, a teatralização de um momento da vida dos embaixadores e das coroas que representaram e que, nas sociedades de Antigo Regime, era muito importante: as cerimónias de entrada e despedida dos embaixadores designados para a corte lisboeta. Inicialmente, as temáticas estudadas relacionavam-se, sobretudo, à importância que a figura do embaixador, enquanto representante diplomático, assumiu na assinatura de tratados de paz,⁵ de acordos económicos e na

¹ MATTINGLY, G. (2003). “The first Resident Embassies: Mediaeval Italian Origins of Modern Diplomacy”. [recurso electrónico]. *Speculum*, 2003, vol. 12, 423-439, <<http://www.jstor.org/stable/2849298>> [Consultado: 20.04.2011]; FUBINI, R. (2000). “Aux origines de la balance des pouvoirs: le système politique en Italie au XVe siècle” En BÉLY, L. & RICHEFORT, I. (orgs.). *L'Europe des Traités de Westphalie. Esprit de la Diplomatie de l'esprit*. Paris: P.U.F., pp. 111-121

² VALLADARES, R. (2006). *A independência de Portugal: Guerra e Restauração. 1640-1680*. Lisboa: Esfera dos Livros, p. 459.

³ CARDIM, P. (1998). “«Os rebeldes» de Portugal no Congresso de Munster, 1644-1648”. *Penélope*, 19-20, pp.101-128.

⁴ CARDIM, P. (2002). “Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII.” *Cultura*, nº 15, pp.47-86.

⁵ BRASÃO, E. (1936). *O Conde de Tarouca em Londres: 1709 – 1710*. Lisboa: Imprensa Nacional,; CORTESÃO,

formação dos aparelhos de governo.⁶ Outros estudos versam sobre as trajetórias individuais de representantes diplomáticos.⁷ Há ainda que considerar as publicações de memórias de ministros produzidas enquanto chefiavam missões no estrangeiro.⁸ É importante, considerar que a história das relações internacionais não se faz somente a partir de tratados políticos e de comércio, também a vida nas cortes, o protocolo para entrar, estar e se despedir das mesmas, o poder, o luxo e a riqueza que as coroas ostentavam ao receber os embaixadores, tudo isso faz parte da História da Diplomacia e merece ser analisado.

A nomeação de um embaixador não estava circunscrita à sua habilidade e perspicácia para estabelecer acordos e assinar tratados, também o viver na corte, o aprendizado sobre os hábitos e costumes onde serviram, era importante. O desempenho das funções de um embaixador exigia total fidelidade ao rei. Esperava-se, que o representante régio em cortes estrangeiras reunisse três qualidades⁹ principais: nascimento, estudo e experiência. A questão do estudo e da experiência eram fulcrais na atribuição das embaixadas, ou seja, convinha que para uma missão de negociação fossem designados, principalmente, embaixadores licenciados em Direito. Sendo a negociação de tratados uma arte, às embaixadas das principais cortes deveriam ser enviados representantes que tivessem “*de la naissance*”. Os manuais de civilidade do século XVII ensinavam a teoria e a designação para uma corte estrangeira e permitia a aplicação prática destas regras. E, ao longo do século XVIII, o que percebemos é a consolidação de regras protocolares e de cerimonial que, por sua vez, estabeleceram a relação entre a Diplomacia e o mundo das representações.

A representação feita por um embaixador também estava relacionada com a ostentação do luxo, da pompa e da riqueza que uma casa real detinha. Ou seja, não eram somente as cerimônias de batizados, casamentos e funerais de membros da família real que davam origem a grandes celebrações públicas. A designação de um chefe de missão para representar o seu rei numa corte estrangeira dava origem a um rico e pomposo ritual que simbolizava, também, as

J. (1950-60). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. 8 vols. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco; OZANAM, D. (1998). *Les diplomates espagnols du XVIIIe siècle*. Madrid-Bordeaux: Casa de Velázquez-Maison des Pay Ibériques.

⁶ FRIGO, D. (1991). *Principe, ambasciatore e “Jus Gentium”*. *L'amministrazione della politica estera nel Piemonte del Settecento*. Roma: Bulzoni Editore; FRIGO, D. (org.). (2000). *Politics and Diplomacy in Early Modern Italy. The structure of Diplomatic Practice, 1450-1800*. Cambridge: Cambridge University Press; BÉLY, L. (1992). *Les Relations Internationales en Europe, 1450-1919*. Paris: Presses Universitaires de France; ANDERSON, M. A. (1993). *The rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*. Londres: Longman; CLUNY, I. M. (1999). *D. Luís da Cunha e a ideia de Diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

⁷ MIRANDA, T. C. P. R. (1998). *António Freire de Andrade Encerrabodes. A Inocência da Razão (1699-1783)*. 2 Vols. Tese de doutoramento apresentada à FFLCH da USP. (policop.); CLUNY, I. M. (1999). *D. Luís da Cunha e a ideia de Diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte; CLUNY SUMMAVIELLE, I. M. (2006). *O Conde de Tarouca e a Diplomacia da Época Moderna*. Lisboa: Livros Horizonte; CARDIM, P. (2005). “Diplomacia portuguesa no Antigo Regime; perfil sociológico e trajetórias”. En Monteiro, Nuno G. F., Cardim, Pedro, Cunha, Mafalda Soares da (org.). *Óptima Pars; Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 282-322.

⁸ ALMEIDA, M. L. de (ed.). (1982). *Correspondência diplomática de Francisco Ferreira Rebelo. Londres 1655-1657*. Coimbra: Pub. Arquivo da Universidade; E. PRESTAGE, P. AZEVEDO & P. M. LARANJO COELHO. (1955). *Correspondência Diplomática de Francisco de Sousa Coutinho*, 3 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade; M. DOS REMÉDIOS. (1909). *Memórias de José da Cunha Brochado extrahidas das suas obras inéditas*. Coimbra: França Amado Editor.

⁹ WICQUEFORT, A. de. (1679). *Mémoires touchant les Ambassadeurs et les Ministres Publics*, A Cologne: chez Pierre du Marteau, 2v.

boas relações políticas estabelecidas com a casa real de origem do embaixador. Neste texto analisaremos tanto as cerimónias de entrada, quanto de despedida, realizadas pela Coroa Portuguesa para os embaixadores ao longo do século XVIII.

O termo “representação” na linguagem diplomática significa “agir em nome de” ou “no lugar de” alguém, neste caso, o rei. Associada à questão da representação estava a etiqueta, essencial nas relações estabelecidas no estrangeiro. Se o francês era a língua oficial no mundo da diplomacia, as etiquetas e os rituais a serem seguidos eram aqueles ditados pela corte francesa, sobretudo na época de Luís XIV. “Através da etiqueta, a sociedade de corte faz a sua auto-representação, as pessoas distinguem-se uma das outras e, todas juntas distinguem-se dos que são estranhos, dando a todos e a cada um a prova do valor absoluto da sua existência.”¹⁰

Esse “afrancesamento” dos rituais e das regras de sociabilidade foi observado na maioria das cortes europeias. Costumes mais polidos, hábitos mais requintados foram introduzidos nos palácios e alteraram toda a forma de estar na corte. No caso das festas diplomáticas, sejam aquelas promovidas pelo rei ou aquelas organizadas pelos embaixadores em homenagem a algum acontecimento na família real da corte onde estava, eram vivenciadas com muito luxo e refinamento, sobretudo nos momentos da refeição. A mesa do rei foi onde mais se verificou a introdução de regras de comportamento que foram traduzidas, por sua vez, na maneira como os convidados eram servidos, quantos pratos fariam parte do serviço, as iguarias escolhidas, etc. Observa-se, então, a criação de regimentos¹¹ para definir a maneira correta de equipar e servir a mesa do rei. Contudo, entre aqueles que se debruçam no estudo das boas maneiras e das etiquetas,¹² foi com D. João V que o viver na corte portuguesa sofreu algumas transformações.¹³

Neste contexto, as recepções organizadas pelo rei para os chefes de missões diplomáticas apresentam-se como uma maneira de compreendermos como era ritualizada a estadia na corte dos embaixadores. A seguir analisaremos não somente o cerimonial preparado para a entrada, rápida estadia e despedida do Embaixador francês Abade de Baschi na corte de Lisboa, em 1724, bem como o relato da entrada do embaixador de França, Conde de Baschi, a audiência pública com D. José I, as audiências particulares do embaixador e da embaixatriz com os membros da família real. Veremos que todo o protocolo desde o seu desembarque no Terreiro do Paço, em Lisboa, passando pelo cortejo nas ruelas da cidade, pela hospedagem, até as audiências públicas e privadas, tudo era preparado com muito requinte e cuidado.

E “a entrada se fez com toda a solenidade”

Ao nos dedicarmos à análise dos rituais e do cerimonial de entradas e despedidas dos embaixadores estrangeiros nas cortes europeias do século XVIII não podemos deixar de consi-

¹⁰ ELIAS, N. (1995). *Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 2ª ed, pp. 78

¹¹ “Regimento dos Offícios da Casa Real D’El Rei D. João IV”. En ANDRADE E SILVA, J. J. de. (1856). *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de F.X. Souza. Títulos LII a LXVIII, p. 171-174.

¹² CURTO, D. R. (1991). “Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)”. En BETHENCOURT, F. y. CURTO, D. R (org.). *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa, p. 226-265.

¹³ Até a Restauração as regras protocolares seguidas eram aquelas emanadas dos Áustrias. Cf. PAIVA, J. P. (2002). “As festas de corte em Portugal no período filipino (1580-1640)”. *Revista de História e da Cultura*, vol. 2, pp. 11-38.

derar o papel desempenhado pelas cidades¹⁴ neste contexto. Eram o palco dos grandes espetáculos da corte sendo suas ruas, em muitas ocasiões, renovadas para a passagem dos coches. As cidades viviam estes momentos festivos com todo o seu esplendor.¹⁵ O teatro barroco podia ser visto nas ruas e a corte, não poupava em aparatos que ostentassem o seu poder.

No que toca ao protocolo que regia o cerimonial para receber os embaixadores na corte lisboeta é importante termos em consideração qual era o significado destas cerimónias no cenário de Antigo Regime. O que determinava o protocolo da época no que dizia respeito à pessoa que seria responsável por conduzir o embaixador à residência onde ficaria hospedado? E o que dizer dos banquetes? Das audiências privadas com o Rei e Rainha? Como deveriam se comportar? Que lugares ocupavam os membros da família do embaixador no cerimonial? Ao considerarmos a forte hierarquização da sociedade de Antigo Regime, como se manifestavam tais distinções nas cerimónias dedicadas aos embaixadores?

Para um estudo sobre o cerimonial de corte destinado à recepção dos embaixadores é fundamental a consulta à obra de Jean Rousset de Missy, *Le Ceremonial diplomatique des cours de l'Europe*, publicado em 1739. A obra analisa, essencialmente, o cerimonial diplomático praticado nas cortes europeias em variadas ocasiões, entre elas, nas entradas públicas e audiências privadas dos embaixadores com o Rei. Relativamente à corte portuguesa é no capítulo III, do segundo tomo, “*De la Réception des Ambassadeurs & autres Ministres*”, em que Missy analisa o protocolo seguido nas cerimónias dos embaixadores. O primeiro passo era “*Lorsque le Roi de Portugal veut donner Audience publique, & solennelle à un Ambassadeur étranger, on envoie premièrement des Lettres Circulaires dans tout le Royaume à tous les Grands, & à la Noblesse titrée, pour les inviter à se rendre d’abord à la Cour, pour la rendre plus brillante.*”¹⁶

Passada a fase da circulação da notícia em todo o reino, era chegada a hora da audiência pública do rei com o embaixador. Tal acontecimento poderia ser presenciado pelos demais embaixadores residentes em Lisboa. Chegado o grande dia, todo o aparato estava devidamente preparado, a cadeira do rei posicionada num estrado destacado e, do lado direito posicionavam-se os grandes do Reino. A entrada de um embaixador na sala de audiência era observada por todos os presentes. O rei, ao ver que o embaixador aproximava-se, erguia-se da cadeira ornamentada com veludo vermelho e franjas douradas e “(...) Et dans le moment que le Roi remet son Chapeau, l’Ambassadeur & tous les Grands se couvrent aussi”. Os grandes do reino, como duques e marqueses, eram acomodados em cadeiras atrás da cortina, já os gentis-homens como condes de barões eram acomodados em bancos corridos, estofados e posicionados atrás dos grandes do reino, seguindo, portanto, a hierarquia dos títulos. E era este, o protocolo seguido em todas as audiências públicas de embaixadores com o rei.

Em 1724 chegava por terra à Cidade de Lisboa o abade de Livry na condição de embaixador francês. A notícia, como era de *praxi*, correu o reino, sendo publicada, inclusivamente, num dos volumes da Gazeta de Lisboa. Dizia-se “Sábado passado chegou a esta Corte o Abade

¹⁴ MUNFORD, L. (1982). *A cidade na História, suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, p. 433.

¹⁵ MARAVALL, J. A. (1990). *La cultura el Barroco*. Madrid: Ariel, p. 267.

¹⁶ MISSY, J. R. de. (1739). “La cour du Portugal”. *Le Ceremonial Diplomatique des cours de l’Europe, ou collection des actes, memoires et relations... / recueilli en partie par Mr. Du Mont ; mis en ordre et considerablement augmenté par Mr. Rousset*. A Amsterdam: Chez les Janssons [etc.], 2t.

de Livry embaixador *del* Rei Cristianíssimo, a quem foi conduzir em coche de Sua Majestade, que Deus guarde, e por ordem sua, para o Palácio do Conde de Soure que lhe estava preparado, o Conde do Coculim, D. Francisco Mascarenhas, acompanhado de três coches seus, com Gentis-homens.”¹⁷

Era então, Secretário de Estado, Diogo Mendonça de Corte Real. Todo o aparato para a recepção do embaixador estava sendo preparado: nomeação de um membro da corte responsável pela condução do embaixador, o envio de um coche “dos melhores” da cavalaria real onde seria feito o transporte do abade Livry e dois ou três inferiores para o transporte da sua família, enfim, estava tudo preparado para que, após a sua entrada na corte lisboeta, fosse conduzido para a audiência privada com o rei. Contudo, no decurso da preparação para a audiência, diferenças protocolares entre o embaixador e o Secretário de Estado inviabilizaram a sua audiência com o rei. O abade de Livry, antes de remeter ao rei sua Carta Credencial “(...) entrou na pertença de que o secretário de Estado o fosse primeiro visitar”¹⁸ e alegava ser esta a maneira correta do cerimonial. Já o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça recusou-se a cumprimentá-lo primeiro justificando, também, não ser essa a forma protocolar correta. As diferenças entre o embaixador francês e o secretário de estado português estenderam-se por mais de 3 meses, sem que nenhum dos lados cedesse. O resultado: por 14 anos as relações diplomáticas de Portugal com a França estiveram interrompidas, e a Gazeta de Lisboa que tinha noticiado tão efusivamente a chegada do embaixador francês, limitou-se a apresentar que “O Abade de Livry partiu desta corte quinta-feira passada, e o foram acompanhando até Aldeia Galega os ministros estrangeiros.”¹⁹

O incidente com o abade de Livry permite-nos concluir que nem só de luxo, pompa e ostentação estavam cercadas as cerimónias de recepção para os embaixadores organizadas pela casa real. Se, por um lado, nos banquetes, o protocolo a seguir dizia respeito ao número de pratos na mesa, às refeições servidas, as saudações que se esperava que o embaixador fizesse ao rei, à ordem das mesas e quem as ocupava, tudo isso garantia que a festa transcorreria na sua perfeição. Mas a estadia de um embaixador não era vivenciada somente nas festas no palácio real. Ele era o representante de uma coroa, estava em terras estrangeiras para negociar tratados e acordos e somente era reconhecido como tal depois que apresentasse sua Carta Credencial ao rei. A partir do momento em que uma diferença protocolar impediu o abade de Livry de se reunir, em privado, com o rei, a sua missão na corte lisboeta estava cancelada. Apoiado por Luís XV, o abade de Livry foi orientado a voltar para França e estavam assim suspensas as relações de Portugal e França.

Em 1750 subiu ao trono D. José I e foi a ele que se apresentou o Embaixador Francês Conde de Baschi em Junho de 1753. “Na tarde de 11 de Junho fez a sua entrada pública o Embaixador de França Conde de Baschi, tendo audiência pública de Suas Magestades, e Altezas, os Serenissimos Senhores Infantes D. Pedro, e D. António. A função foi pomposa, sahindo de Marvilla da Casa de Campo da Mitra Patriarchal, acompanhado pelos Gentis-Homens, de todos os Grandes, e Senhores da Corte nos seus Coches, e seu trem magnifico.”²⁰ Assim foi descrita

¹⁷ Gazeta de Lisboa, n. 38 de 1724, de 21 de Setembro

¹⁸ MNE, Livro 149-Entradas e Despedidas, *Entrada e audiência particular do Abade de Livry Embaixador de França (1753)*, fl.62r

¹⁹ Gazeta de Lisboa, n. 38 de 1724, de 21 de Setembro

²⁰ CONCEIÇÃO, C. (1818). *Gabinete Histórico: que a Sua Magestade fidelissima o Senhor rei D. João VI. em o dia de seus felicissimos anos*. Lisboa: Impr. Regia, Volume 13, p. 17.

no Gabinete Histórico a entrada pública do Embaixador francês, o Conde de Baschi, na corte lisboeta na segunda metade do século XVIII.

A pormenorização da relação feita quando da sua entrada na corte lisboeta é bastante rica. O cerimonial que cercava a sua hospedagem, o mobiliário empregado na decoração dos aposentos do embaixador, assim como nos demais cômodos da casa até o banquete²¹ que seria servido após a audiência privada que o mesmo teria com o Rei e a Rainha, tudo isso nos permite visualizar aquele dia e vivenciar, mesmo que rapidamente, a maneira como tais cerimônias eram preparadas. Um decreto régio determinou que o embaixador francês seria hospedado na quinta do cardeal-patriarca. A organização do cerimonial para hospedar o Embaixador foi feita por meio de Avisos e resoluções Régias. A segurança e o bem-estar do Embaixador eram a maior preocupação do Rei. No que tocou à segurança do Embaixador foram destacados dois “moços da reserva a cavalo” para ficarem atentos a tudo que acontecesse no entorno da propriedade onde estava hospedado o Conde de Baschi. O rei mandou ainda que fossem destacados 20 soldados divididos em 3 destacamentos, sendo 12 para fazer a segurança do Embaixador e os demais para fazer sentinela onde fosse necessário. O Rei ordenou ainda que, para os 3 dias em que o Embaixador estivesse em Marvilla, fosse destacado um sacerdote e um acólito (membro da Igreja designado para auxiliar o sacerdote na liturgia, além de ser responsável pelo altar).

Além da ornamentação da residência utilizada pelo Embaixador e sua família, era importante também nomear aqueles que estariam presentes para o banquete. Os preparativos mobilizaram um número significativo de servidores entre cozinheiros, guarda tapeçaria, o manteiro (responsável pela guarda dos manteis, das roupas de mesa, da casa real), o moço da câmara (para receber ordens do Vedor da Casa Real), um mestre *d'autel* (especializado nas trocas das coberturas da mesa), um boticário ou copeiro (que fosse perito no conhecimento sobre vinhos). E era, no serviço do vinho, que se percebe a preocupação não somente com o protocolo, mas também com o que era praticado nas demais cortes europeias da época. A perícia do copeiro era exigida “ (...) para fornecer aqueles que lhe fossem pedidos sem os trocar, e para os servir conforme as suas diferentes qualidades, pela ordem que o costume tem estabelecido nas mesas delicadas.”²²

O mobiliário utilizado durante os 3 dias de hospedagem do Embaixador francês foi outra preocupação, uma vez que era um dos momentos em que a casa real portuguesa poderia ostentar todo o seu luxo e riqueza. Na sala principal da residência foram colocadas pinturas, tapeçarias, cadeiras e bofetes. Foi armada uma mesa onde o Embaixador faria suas refeições e que acomodasse cerca de 20 a 25 convidados. A sala de visitas além das pinturas contava ainda talhas e porcelanas da China, bofetes em mármore e cadeira de braços. Passamos ao quarto do Embaixador onde estava uma cama “rica” (sic), cadeiras com braços e sanefas irmãs. Mesmo sendo habitual ver nas casas de particulares a presença de espelhos ou coisas semelhantes, em

²¹ Sobre o banquete organizado para a recepção do Embaixador Baschi, ver ALGRANTI, L. M. (2011). “Rituais e protocolos das mesas reais no século XVIII”. En BUESCU, A. I. y FELISMINO, D. (orgs). *A mesa dos reis de Portugal; ofícios, consumos, cerimônias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, p. 244-259.

²² MNE, L 148-Entradas e Despedidas. *Cerimonial que se praticou na Hospedagem e Audiencias publicas do Conde de Baschi Embaixador del Rei de França, regulado pelas conferencias que com el el teve sobre esta matéria o Secretario de Estado Sebastião Jose de Carvalho e Melo...*, fl.2.

nenhum dos cômodos da residência usada pelo Conde de Baschi foram encontrados tais ornamentos. Contudo, apesar disso,

“ (...) Em todas elas e nas suas oficinas aparecia porem a grandeza del Rei Nosso Senhor sem a menor afeição. Nos almoços e depois dos jantares apareciam chocolateiras, cafeteiras e grandes bules e também grandes e bem lavrados taboleiros de prata maciça com aparelhos de porcelana bem escolhida para se servir o chocolate, o chá e o café. Nos jantares e ceias aparecia também a mesa com boa e ampla baixela de prata bem lavrada, e com o bofete ou aparador guarnecido de peças de prata abaixo declaradas. Nas tardes apareciam as sorveteiras, cantimploras²³, baldes e instrumentos da mesma sorveteira tudo de prata maciça e bem lavrada e de uma grandeza muito superior a ordinária proporção de semelhantes pessas. Nas noites apareciam excelentes castiças com boas serpentinas”²⁴

Ficou a cargo de João Lucas de Barros providenciar tudo que fosse necessário para o banquete e que fosse destinado à cozinha e à copa, recebendo para tanto 6 contos de réis. Ao Vedor da Casa Real, D. Francisco Xavier Pedro de Sousa, coube na manhã do dia 8 de Junho de 1755 dirigir-se, com um bom coche, para a casa onde estava hospedado o Embaixador e conduzi-lo, juntamente com sua família, ao local onde seria dado o banquete em sua honra. A ornamentação da mesa onde decorreria o banquete foi feita, essencialmente, com “ (...) poucas, boas e necessárias” pratas.

Enquanto o banquete²⁵ acontecia, mandou o Rei que um coro de trombetas tocasse, o que aconteceu. E qual foi a composição do banquete para o Conde Baschi? Ainda que antigamente o costume era “ (...) servir uma mesa comprida e estreita em tudo semelhante a que serve nas ocasiões dos lava-pés”, o Rei depreendeu que tal costume poderia causar alguma estranheza visto não ser esse o hábito de toda a Europa. Mandou então o Rei de Portugal que as mesas do Embaixador fossem servidas “ (...) conforme o uso do tempo em que estamos”. Foram levadas cerca de 400 aves, entre galinhas e perus, além de vitelas, cordeiros e cabritos (tanto frescas, quanto fumadas). Foram servidas ao jantar três coberturas de 27 pratos. A primeira cobertura era composta por 8 pratos grandes de empanadas frias e quentes, grandes peças de fiambre. A segunda cobertura, composta por 10 tipos de assados distintos, selados de maneiras diferentes. Na terceira cobertura serviram dois grandes pratos de massas, chamada croquante (sic). Sobre a mesa estava uma rica louça da Saxónia e, ainda, um belo “copeiro” (sic) de S. Majestade de cristais lapidados da Bohemia. As saudações ao rei português perfazem todo o banquete e, “ao princípio do terceiro serviço o embaixador levantava-se para beber à saúde *del Rey*.”²⁶

Na segunda fase das audiências o encontro do embaixador era em privado com o rei e a família real. O embaixador francês apresentou-se, primeiramente, ao rei, e, depois dos infantes e da rainha. A audiência com D. José I, realizada na sala régia, aconteceu “ (...) pelas onze horas

²³ Recipiente de metal usado para resfriar a água.

²⁴ MNE, L 148-Entradas e Despedidas. *Cerimonial que se praticou na Hospedagem e Audiencias publicas do Conde de Baschi Embaixador del Rei de França, regulado pelas conferencias que com el el teve sobre esta matéria o Secretario de Estado Sebastião Jose de Carvalho e Melo...*, fl.4.

²⁵ ALGRANTI, L. M. (2011). “Rituais e protocolos das mesas reais no século XVIII”. En. BUESCU, A. I y FELISMINO, D. (orgs). *A mesa dos reis de Portugal; ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, p. 244-259.

²⁶ MNE, L 148-Entradas e Despedidas. *Cerimonial que se praticou na Hospedagem e Audiencias publicas do Conde de Baschi Embaixador del Rei de França, regulado pelas conferencias que com el el teve sobre esta matéria o Secretario de Estado Sebastião Jose de Carvalho e Melo...*, fl.9r.

da manhã deve vir a presença de S. Magestade o Conde de Bachi Embaixador d'El Rei Cristianissimo que lhe tem concedido audiência particular; e he o mesmo Senhor servido que V. Excelência de as ordens necessárias para que todas as vezes que passar junto ao Corpo da Guarda se toque caixa tomando as Armas, e pondo-se o estilo.”²⁷ No fundo da sala foi armado um docel sobre uma tarimba²⁸ de três degraus. E, sobre o docel a cadeira d'El Rei onde o mesmo permaneceu até a entrada do embaixador. A cerimônia foi finalizada com a apresentação que o Conde de Bachi fez da sua Carta Credencial. Finda a audiência com o rei ficou à espera da audiência com a Rainha D. Mariana Vitória de Bourbon que decorreu em outra sala do palácio seguindo um protocolo bastante semelhante aquele visto para o rei. Mas, não foi somente o embaixador que foi recebido em audiência privada com rainha, também a embaixatriz. Chegando ao pátio denominado “campainha”, a embaixatriz esperou pela abertura da porta de acesso ao Paço para então, subindo pelas escadas, ser orientada a se dirigir para os aposentos da rainha. E, “passado logo a primeira casa do Docel achará nela os moços da Camara de S. Magestade que logo que a avistar a dita Senhora Embaixatriz a virão buscar para a acompanharem ate a porta da segunda casa do Docel onde se dão as audiências públicas porque não costumão passar da referida porta. Nesta casa devem ficar os Pagens de S. Excelencia”²⁹ À entrada do gabinete onde a embaixatriz teve audiência com a rainha foi avistada a camareira-mor que prestou a devida reverência à embaixatriz. A audiência com a rainha, na forma costumada, foi feita em pé, sendo permitida a entrada da embaixatriz “ (...) com a calda solta”. Apesar da brevidade da audiência houve a expressa advertência para que “ (...) nem a guarda dos Arqueiros, nem a do corpo dos soldados tomarão as armas quando passou a Embaixatriz, porque he contra a ordem das mais cortes”³⁰

Considerações Finais

Entrar e estar nas cortes europeias de Antigo Regime, exigiu um grande aparato de regulações que, por sua vez, vincavam com bastante ênfase o papel que cada indivíduo ocupava numa sociedade tão hierarquizada e baseada nas aparências. Mas, nem sempre o protocolo pôde garantir a efectivação da própria missão diplomática tal como no caso do embaixador francês, o Abade de Livry, na Corte de D. João V. Entretanto, há que se destacar o papel crucial dos protocolos e dos procedimentos ritualísticos que, funcionando como uma linguagem simbólica, serviram para validar a hierarquia social naquelas sociedades.

De todo modo, as cerimônias que envolviam as Cortes europeias – comemorações e celebrações de casamentos, nascimentos, funerais nas famílias reais –, como também aquelas que espelhavam o poder das Coroas em territórios de ultramar, envolviam sempre delicadas e onerosas preparações que determinavam a ornamentação apropriada, os gestos dos participantes, a ordem e a etiqueta que deveriam ser seguidas. A apreensão e o estudo dessas formalidades, se assim podemos dizer, são indispensáveis para que possamos compreender os usos ritualísticos

²⁷ MNE, Livro 149-Entradas e Despedidas, *Entrada e audiência particular do Conde de Bachi Embaixador de França (1753)*, fl.150r.

²⁸ Espécie de estrado de madeira.

²⁹ MNE, Livro 149-Entradas e Despedidas, *Entrada e audiência particular do Conde de Bachi Embaixador de França (1753)*, fl.151r.

³⁰ MNE, Livro 149-Entradas e Despedidas, *Entrada e audiência particular do Conde de Bachi Embaixador de França (1753)*, fl.151r

como uma forma de comunicação. Em outras palavras o “ver e ser visto” na perfeita adequação de seu estatuto hierárquico proporcionava a comunicação entre os agentes sociais que participavam das cerimónias nas Cortes e nas celebrações onde o poder do rei deveria ser constantemente legitimado perante os súbditos.³¹

A publicitação fosse das entradas e saídas de embaixadores e outros importantes dignatários bem como das celebrações festivas ou fúnebres, eram fundamentais para construir uma imagem do rei capaz de transmitir aos súbditos a magnificência de sua Corte diante do alto dignatário que chegava ou partia. Nesse sentido, as festas deviam maravilhar e arrebataram os espectadores, evidenciando o poder monárquico e de sua Corte enquanto promotor desses grandiosos espectáculos. Tais festas, sempre caracterizando a um só tempo celebrações dos poderes políticos e religioso, tinham como centro das atenções e da acção o Rei, “primeiro actor e supremo arquitecto”.³²

Os rituais de entradas e saídas dos embaixadores, enquanto instrumentos de evidênciação do poder real e mais, como representação dos Estados europeus, devem ser analisados a partir de algumas “chaves de leitura”. Ao fato de que os processos protocolares e ritualísticos normalizadores destes acontecimentos eram momentos privilegiados para a representação dos códigos e valores que davam significado àquelas sociedades. Se estas ocasiões constituíram-se como momentos privilegiados de evidênciação do poder Real isso só foi possível porque elas expressavam a representação desse poder através de um programa minuciosamente preparado para a produção do efeito desejado. Além de tornar visíveis os papéis sociais de seus atores, hierarquizando e normatizando, tais celebrações apresentavam-se como uma macro metáfora de uma sociedade em que o rei era a cabeça e os súbditos os membros de um “corpo místico” e nessa representação buscava evidenciar e (re)apresentar o poder político, social diante dos súbditos.³³

[ÍNDICE]

³¹ A respeito da procissão de *Corpus Christi* em Portugal, Cunha Brochado escreveu em 1709: “para ver Lisboa de uma vez fui ver a procissão do Corpo de Deus”. Carta de José da Cunha Brochado escrita ao Conde de Viana em 01 de junho de 1709, APM SC-Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 22.

³² RUI BEBIANO. (1987). *D. João V-Poder e espetáculo*. Aveiro: Livraria Estante, p. 49.

³³ MARIA PAULA PAES. (2008). “O Reinado de D. João V e o processo de domínio político e social nas Minas Gerais do século XVIII”. *Anais de História de Além Mar*. Lisboa: CHAM-Centro de História de Além Mar/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, p.105-138.